

‘UM BANDEIRANTE’ NO FINAL DA DÉCADA DE 1920:

O caso do Oeste de Santa Catarina e a *Viagem* do Governador em 1929

André Souza Martinello¹ Página | 1

A constituição do Sertão: o Oeste de Santa Catarina

Hoje interessa aos candidatos aos poderes eletivos percorrer, em momentos de campanhas eleitorais, o máximo de espaços, deixando-se serem vistos por grande número de pessoas em um curto período tempo, buscando traduzir tal exposição em maior número de votos. Ao que parece, no Brasil atual, a visita de governantes à determinada região pode ser tratada como uma presença convencional. O representante eleito pode reivindicar “origem” em determinada região, assim como há discursos de políticos que a exaltam, afinal, *defender a região* pode assegurar vitória em um pleito.² Mas, haveria pretensões de regularmente insistir e reforçar lembranças de quando esteve em alguma região pela primeira vez, uma autoridade, tal qual um governador?

Na cultura política de Santa Catarina, há várias ‘datas *fundantes*’ no século XX que os registros da história oficial costumam enfatizar. O ano de 1929 é uma delas. Muitas pessoas nunca haviam visto a face do que se denominava³ na época, Presidente, em referência ao que hoje chamamos Governador de Estado. E junto do tempo, há um espaço: o Oeste catarinense.⁴ Para exemplificar a perpetuação dessa referência, basta lembrar que ainda hoje se costuma cobrar, por exemplo, de vestibulandos para que atentem a esse fato ou ainda, é um relato bastante presente em publicações de livros

¹ André Souza Martinello, Professor no departamento de GEOGRAFIA (UDESC). Bolsista CAPES (PNPD) entre 2017.2 – 2018.2 no estágio de pós-doutoramento do Programa de Pós-Graduação História e Espaços da UFRN/Universidade Federal do Rio Grande do Norte. andresoumar@gmail.com

² Como lembra Sandra Lencione (1999, p.20): “Quem não conhece um político que busca sensibilizar eleitores por meio de apelos ao regionalismo? Um político que disputa recursos orçamentários em nome da defesa de interesses regionais?”.

³ Não fora sempre assim, pois segundo Jali Meirinho (1997, p.197) a Constituição estadual de 1928 mudou o nome do chefe do executivo de governador para presidente.

⁴ Renk (2006, p.09) denomina de Oeste catarinense às regiões coloniais do extremo Oeste como o Rio do Peixe. Para autores de época aqui tratados, geralmente – na direção leste ao oeste – é após o Rio do Peixe que se localiza o Extremo Oeste.

paradidáticos de história catarinense, ao qual o nome do governante é marcado como o primeiro a ter ido até os limites finais das “nossas terras”, quando se começa após o rio Peperi-Guaçu, a Argentina.

Entretanto, em uma abordagem da alteridade, o Outro não é apenas aquele que está fora do território a qual pertencemos, nesse caso, o argentino, mas os próprios habitantes desse Oeste, que o governador Adolpho Konder (1884-1956) é considerado o primeiro a oficialmente ter estado presente. A maneira como nos documentos de época referem-se à presença do governante, permite interpretar como um espaço Outro do litoral, dos vales e da serra catarinense, eram os: “não-integrados”, isolados e desprovidos de contato que passavam a receber a sorte de poderem contar com visita de uma *ilustre autoridade*. E, como foi apontado entre discursos oficiais os demais motivos do governador se deslocar ao Oeste, estava na sua consciência da obrigação em “abrasileirar” tal região, como relataram alguns dos secretários de governo, burocratas e homens das letras que fizeram parte da comitiva (BOITEUX, 1931; COSTA, 1929, D’EÇA, 1992).⁵

Colocar em prática o destino daquela região, fazendo-a brasileira. Duas as principais características da *Viagem* do governador, na avaliação de um dos participantes: o caráter de *bandeirismo* e de *missão*. Os três autores das descrições da *Viagem* acreditavam na necessidade de conhecer os ainda não brasileiros e, consideravam suas observações e presença relevantes, pois realizadas em nome da nação. Como, que para garantir a apropriação das terras por/para *brasileiros*. Percebe-se a tendência de uma narrativa como de implementar – mais do que um compromisso de governo –, uma aventura, em que a própria equipe acompanhante do governador faz descrição de si mesma e seus atos, buscando legitimar seu discurso e ação.

Cruzada pela fé profunda, pelo religioso civismo que nos aquece e anima; **Bandeira, pelo espírito de aventura**, pela esplêndida **brasilidade** [...] a **tomar posse definitivamente** e absolutamente de uma grande porção de Santa Catarina, em nome da Pátria. (D’EÇA 1992, p.79). [negritos feitos por mim]

O Oeste era o Outro em relação ao ‘restante de Santa Catarina’. Em um exemplo de tratamento de uma noção de Sertão, como espaço distante a ser conquistado em favor de um conjunto maior, ao qual, não necessariamente parece fazer parte os habitantes

⁵Aqui utilizo a segunda edição do “Aos espanhóis confinantes” (D’EÇA, 1992), a primeira data de 1929.

desses Sertões. Embora apareçam nas descrições como sertanejos, são considerados como população a ser diluída nos projetos colonizadores para tal espaço. Trata-se do imaginário presente da cultura brasileira, do Sertão como desprovido de qualidades e de “valores” a ainda serem descobertos, cadastrados e mesmo reelaborados. A busca por entender a profundidade⁶ desses espaços, inventariando e descrevendo o Sertão, fora inclusive, segundo Antonio Carlos Robert Moraes (2009), um dos motivadores e legitimadores, em determinadas épocas, para existência e justificativa dos estudos⁷ de geografia brasileira: “Descrever os sertões tem sido uma das metas praticadas pelo labor geográfico no Brasil, aparecendo mesmo como um elemento forte de legitimação desse campo disciplinar em diferentes conjunturas históricas do país.” (MORAES, 2009, p.88).

Segundo esse mesmo autor, no importante texto: “O sertão: um *outro* geográfico”, embora seja difícil encontrar uma característica que o unifique ou qualifique enquanto uma unidade conceitual, devido aos diversos elementos genéricos apontados, no Brasil, o Sertão é uma entidade recorrente na história territorial. Em Santa Catarina dos anos 1920, nos relatos aqui analisados, percebe-se como a ideia que se tem do Oeste é de sinônimo de Sertão, como uma busca do espaço estranho a ser conhecido, incorporado e acima de tudo, passar a fazer parte de domínios territoriais a serem definitivamente estabelecidos. É importante buscar compreender o destaque da noção de Sertão, pois dependendo da forma como é interpretada, pode auxiliar nas interrogações a respeito da presença do governador naquela ocasião, como segue o trecho que considere extremamente pertinente para o contexto catarinense aqui discutido:

⁶ No final dos anos 1920 em Santa Catarina, a ideia do Oeste como o Sertão, nos dá pistas de que havia fatores motivacionais para classificá-lo como uma oposição à civilização. Um dos principais interesses é incorporá-lo plenamente, mais do que apenas por via de invenção de rituais de fortalecimento de consciência e identidades de pertencimento. Como bem abordou Antonio Carlos Robert Moraes (2009, p.96): “[...] a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou do domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país.” Sobre a centralidade da noção de Sertão e sua relação territorial brasileira ver também: Gilmar Arruda (2000): “Cidades e Sertões: entre história e memória” e Ricardo de Oliveira (2002) “Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção do Brasil profundo.”

⁷ Não seria a obra de Orlando Valverde (1957, p.16) um exemplo? Quando nessa passagem menciona: “Nem mesmo o homem, que atravessa a serra há quase 300 anos, conseguiu fixar-se nesta sertão hostil. Ela é, até hoje um deserto demográfico.”

O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. No geral, utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta. (MORAES, 2009, p.90-91).

Para além de despertar curiosidades, naquela *Viagem de 1929*, muitas fotografias⁸ e imagens da época foram reunidas em uma espécie de álbum, o que também configura um processo de ritualização, catalogação, levantamento de material e documentação a respeito do processo de reconhecimento de uma “nova” área. Alguns desses álbuns fotográficos distribuídos entre comunidades e em contato com as populações que o governador percorreu, como um mecanismo para as pessoas o reconhecerem como agente de poder. É pertinente apontar a descrição que aparece abaixo de uma imagem de floresta e serras ao fundo reforçando mais uma vez a classificação a que foi atribuída ao Oeste catarinense. Entre o firmamento e a terra: as *imensidões do Sertão* a serem acoplados ao *território usado*.

O presente texto “manuseia” uma massa documental para, a partir dos textos e algumas imagens (como fotografias, por exemplo) a respeito da *Viagem de 1929*, entender tanto a representação de um território que foi percorrido, assim como a construção material desse território que é edificado em movimento: no próprio processo de (re)nomear, “batizar”, “cartografar”, descrever nomenclaturas locais, referenciar, comparar, valorar e medir determinada área terrestre, afinal “[...] é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território.” (MORAES, 2005, p.45).

Os documentos aqui analisados são, além de esporadicamente os relatórios anuais do governo de Adolpho Konder (1926-30), três obras principais. Duas delas publicadas no mesmo ano da *Viagem* e uma publicada em 1931. Trata-se dos diários e textos de três observadores (BOITEUX, 1931; COSTA, 1929; d’EÇA, 1929/2ªed:

⁸ O álbum de fotografias, intitulado “*Roteiro da excursão do Presidente Adolpho Konder ao Extremo Oeste Catarinense*” foi republicado em edição fac-simililar pelo: CEOM/Centro de Memória do Oeste (Org). “**A Viagem 1929**: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras.” Chapecó: Editora Argos, 2005. Nesse livro organizado pelo CEOM, também foram republicadas as obras de Costa (1929) e de Boiteux (1931). Sobre o tema, ver mais em Arlene Renk (2005; 2006).

1992), todos ‘funcionários de governo’ que após acompanharem a viagem e no percurso da mesma, fizeram mais do que anotações e relatos seqüenciais por onde passaram. Elaboraram discursos interpretativos e constitutivos de análises das pessoas, dos lugares e interpretando a região que desejavam incorporada. São enunciados que buscaram descrever para demais partes do país (particularmente para os catarinenses) de outras regiões, aquela parte do estado a *ser integrada*. Escritos no “calor da hora” tais documentos recebem no presente estudo um tratamento metodológico – são fontes primárias – articulando com bibliografia pertinente às análises de cunho territorial, pois no olhar dos participantes “daquela missão” em 1929, ao território catarinense que se quer ver incorporada a região Oeste e ‘fazer’ dela uso que se considerava racional.

Imagem 01: A legenda no rodapé da foto, “regionaliza” parte de Santa Catarina como sertão



Fotografia sem autoria (disponível em: CEOM, 2005), caracteriza aos que não fizeram parte da *Viagem* de qual palco se tratava a “expedição” e para aqueles que habitavam nessas paisagens que se reconhecessem como habitantes dele. A *Viagem* de 1929 utilizou de fotografias como mecanismo de representação de poderes sobre os espaços. Regularmente aparecem imagens do governador, em situações ou atos “inaugurais” de desbravamento de área, realizando discursos entre pessoas e de encontro entre diferentes.

A interpretação aqui seguida é aquela que entende que ao representar um espaço, apropriá-lo e, portanto, territorializá-lo, está articulado o processo de reconhecimento: a

descrição das “qualidades” de uma determina porção do planeta (e suas variáveis representações) e de *empoderamento* do mesmo: seus limites, nomes reconhecidos como oficiais e área de abrangência de uma jurisdição. O caso da presença oficial de um governador, pode bem ilustrar essa articulação entre o simbólico e o material, que poderia ter na elaboração de um mapa ou na mudança do nome de algum lugar, seu ápice. Estou completamente de acordo com a conclusão de Fernando Vojniak (2005) quando ele observou alguns desses mesmos documentos que seguirei analisando, uma sutil mescla: “A Bandeira Konder e seus atos e registros tornam-se fundamentais para análises da produção do Oeste catarinense, pois o rito de passagem, de conhecimento e reconhecimento do território produz, também, o território.” (VOJNIAK, 2005, p.14). Afinal, é importante não esquecer, como disse Claude Raffestin (2009, p.35): “A imaginação é um elemento constituinte da territorialidade, porém, raramente é explícita.”

Imagem 02: Trajetória da Excursão do Governador Adolpho Konder em 1929



Imagem sem autoria (ref, COSTA, 1929, p.06) publicada no livro “O Oeste Catharinense”, destaques para: a) Localização da nomenclatura do Estado de Santa Catarina justamente no extremo-Oeste. b) Detalhamento no canto esquerdo inferior do total da distância realizada por

diferentes meios: “2893 quilômetros percorridos. [Destes:] 1085 em Estradas de Ferro, 1272 em Automóvel, 200 quilômetros em lancha e 336 quilômetros a cavalo.” (COSTA, 1929, p.06).

A primeira de algumas das imagens da obra “O Oeste Catharinense” – o autor dedicou⁹ o livro a Adolpho Konder – Arthur Costa (1929, p.06) apresenta em seguida ao sumário e antes de começar qualquer texto, uma “representação cartográfica” ao qual mostra o trajeto de todo o percurso realizado entre 17 de abril e 18 de maio de 1929. Em negrito está à saída de Florianópolis, os pontos de parada e o retorno, em um percurso total de quase 3.000 km. Nota-se nesse desenho (Imagem 2) como há uma legenda explicativa no canto esquerdo inferior, detalhando os meios de deslocamentos utilizados no percurso; mas também chama atenção a opção de onde foi localizada a expressão, conforme a escrita da época, em maiúsculas: “EST. DE S. CATHARINA”. O nome do Estado na mais extrema parte Oeste desse “mapa” ou melhor, a referencia de um espaço cartografado, configura um interessante exemplo de representação do poder que se torna visual a partir de uma carta representativa da área total catarinense e da região, em particular. Pode-se bem problematizar tal desenho, ao se associar com a afirmativa realizada por outro observador que também escreveu a experiência e assim considerou ao percorrer a região: “Está, pois integrada a Santa Catharina, direi melhor, ao Brasil, extensa faixa de terra, cujo abandono – triste é dizê-lo – era manifesto.” (BOITEUX, 1931, p.25).

O livro de D’Eça (1992) e Boiteux (1931) não utilizam nenhuma imagem. Mas José Boiteux (1931, p.26), utiliza-se de uma metáfora da corporeidade humana para se referir ao trajeto percorrido. Como se costuma fazer nessas comparações, se elege um membro primordial humano, tornado paralelo da “corporeidade” do espaço. A trajetória percorrida pela expedição é comparada ao coração¹⁰ tanto pela importância da localização, a partir do centro para o Oeste do território catarinense, como pela amabilidade e afinidade com que as pessoas receberam *os forasteiros* vindos da capital.

⁹ Na dedicatória, expressa a *Viagem* como um exílio: “Ao Presidente Adolpho Konder. Lidimo e intrépido ‘bandeirante’ a quem se devem a ideia e o exílio da jornada ao Papery-Guassú.” (COSTA, 1929).

¹⁰ “[...] dupla excursão pelo coração catarinense. Pelo coração, centro do território do Estado, e pelo coração, pois que tão repetidas e tão justamente prestadas foram as homenagens, carinhosas em extremo, por elle recebidas da população rural barriga-verde [...] até o ancião que, nunca tendo conhecido um governante, desde que Santa Catharina se abriu para a administração pública olhava nosso presidente entre agradecido e admirado.” (BOITEUX, 1931, p.26).

Alguns dos municípios e localidades classificados nessa imagem anterior possuem até hoje, os mesmos nomes, conforme se pode notar ao fazer comparações com mapas atuais de Santa Catarina. Entretanto, no seu relato, Arthur Costa (1929) parece tentar deslegitimar muitas das nomenclaturas e toponímias que acabara de conhecer e promove uma tentativa de *ridicularização* dos nomes de lugares aos quais não parecia concordar, não entendia o significado ou, considerava de pouca representatividade simbólica. Começa dizendo em certa altura de seu relato: “[...] os nomes dos lugares são de curiosa escolha.” (COSTA, 1929, p.58). Para em seguida, criticar as nomeações de lugarejos: “Não têm conexão de sentido com o que deveriam exprimir. É assim que em [na comunidade de] *Flores* não se encontra inflorescência alguma. Nenhuma corolla.” E arremata: “O mesmo em [na localidade de] *Fartura*, onde passamos fome.” Essa disposição de inferiorizar as denominações já existentes é acompanhada de outras descrições com desejos de subalternização e de uma sobreposição cartográfica, portanto, de um reordenamento do poder.

Como Milton Santos (1997) afirmou, o não conhecimento das histórias da constituição de determinado espaço é uma relevante alienação das pessoas com sua base territorial. Disso é possível encontrar exemplo do Oeste aqui discutido, como um projeto de “resgate” de fundos territoriais em favor de membros externos a esse espaço, fabricando em consequência um tipo de alienação das pessoas vivendo na região antes da ‘chegada das autoridades’ representantes do Estado.

Embora não seja necessariamente a retirada de posse (desapropriação de terras), as tentativas bem-sucedidas de alteração dos nomes, mudanças de toponímias e os discursos visando subalternizar/inferiorizar os nomes até então utilizados, podem ser vistos como um primeiro momento de desapossamento (HARVEY, 2013, p.330), mesmo que aparentemente não seja uma mudança material ou tangível. Na lógica da expropriação, talvez a mudança do nome seja o primeiro passo para efetivar uma nova captura desse espaço para uma nova lógica, como o da afirmação da propriedade privada, via (re)conhecimento do nome do lugar pelo Estado.

Ao adotar o posicionamento de tornar institucional novas nomenclaturas do território, rebatiza-se lugares e os insere em mapas, buscando exercer melhor controle sob os mesmos e em consequência, perda de algumas de suas referências até então

vividas. Ou, como refletiu Quaini (2009, p.130), o mapa pode ser considerado um dos mecanismos mais potentes de transformação ou negação dos lugares. Percebe-se um desprezo pelos nomes existentes e muito das toponímias passam a ser substituídas. A forma de tratar as nomenclaturas dos lugares como desimportantes é perceptível no relato dos membros da comitiva. Ao passear por uma corredeira, percebe-se a existência de guias e auxiliares não-brancos vivendo pela região, como nota-se nesse relato, em que autor recusa saber algumas toponímias: “O timoneiro – um caboclo destorcido que se chama Areias – avisou-nos de que dentro de alguns instantes vamos passar a primeira corredeira. E disse um nome. Mas a mim não me importa o nome.” (D’EÇA, 1992, p.24).

No mesmo relato, mais em frente, o observador vai descrever como havia rituais de batizados de locais, assim como comemorações de datas simbólicas da nacionalidade. Outras características e práticas acompanhavam as mudanças de nomenclaturas, numa espécie de reposição da *descoberta do Brasil* e encenação do processo colonizador: “Amanhã, data de comemoração do descobrimento do Brasil, haverá uma comemoração cívica: alvorada com salvas de revólver e, às nove horas, hasteamento da bandeira nacional pelo presidente; depois: batismo do ribeirão que banha o acampamento e que passará a se chamar ribeirão 3 de Maio.” (D’Eça, 1992, p.75).

Um dos mecanismos de projeção de poder está na recomposição de nomes, símbolos e valores. Esses avaliadores “externos” em típico movimento de expansão de fronteira, elegem os nomes a serem mantidos, as vozes que vão considerar autorizadas a auxiliarem nas (re)nomeações e as toponímias que passam a considerar válidas e pertinentes na elaboração dos novos planos, desenhos, traçados e nomenclaturas. Seja em cartas de localização ou nos documentos oficiais elaborados, houve uma prática de *invisibilizar* toponímias existentes:

Durante a travessia, **auxiliado por sertanistas e pelas informações do Dr. Werner, um inteligente alemão ligado à Empresa Chapecó-Pepery Limitada, foi o presidente Konder, juntamente com o engenheiro Breves, corrigindo os enganos e preenchendo as omissões do mapa atual [...] e dando nomes aos [locais] que os não têm, reunindo, assim, elementos para a melhoria de confecção do novo mapa do** Estado, em preparação. (COSTA, 1929, p.30). [destaques em negrito feito por mim]

A nomeação dos lugares é uma clara invenção social ou em uma linguagem geográfica: um importante atributo das construções territoriais. Por isso, observa-se de alguns agentes participantes da *Viagem*, uma super atenção para as possibilidades de descrição, referencial e reconhecimento dos lugares; as práticas de inventário e re-nomeação dos lugares é uma rotina realizada com atenciosa dedicação: “O Arthur Costa examina pela centésima vez, a carta do Estado e assinala acidentes mínimos de viagem”. (D’EÇA, 1992, p.30).

Às vezes trava-se uma batalha para fazer com que determinada nomenclatura passe a valer e fazer sentido como denominação, se não reconhecido por todos, ao menos seguida pela maioria e resguardada a continuidade desse nome pelas instituições oficiais. Afinal, como já se percebeu do próprio desenvolvimento da elaboração de roteiros, cartas e demais signos de localização, quando naqueles contextos de incorporação, posse e conquistas de espaciais “[...] as necessidades de conhecer a extensão real das colônias, assim como de lhe demarcar os limites, incidem sobre o desenvolvimento da cartografia.” (MORAES, 1989, p.19). E desenvolvimento de uma cartografia não apenas de relevos, bens naturais ou das particularidades de biomas, mas também de nomenclaturas de tudo que seja denominável nos mapas. E, em se tratando de influencia externa e região fronteira, o nacionalismo ali mais candente, sugere os nomes refletindo e promovendo o espírito nacional. Remete-se também a ideia de uma língua nativa, como se a caminho entre a língua portuguesa e as expressões indígenas:

Aproveitando a oportunidade e no afã de identificar verdadeiramente a região percorrida, o presidente, o Breves, e o dr. Werner fizeram retificações topográficas e hidrográficas, dando nomes a lajeados, a ribeirões, a acidentes naturais, que ainda nem se achavam assinalados nos mapas !

Como é vasto e desconhecido este nosso querido Brasil !

Mas, **ao batizar essas águas novas**, o presidente tem tido uma nobre preocupação nacionalista: dá-lhe sempre **nomes brasileiros**: – Lajeado do Saci, Ribeirão da Bracatinga.

Nada de designação arrevesadas, que o caboclo não pode pronunciar e nada significam.

Estamos no Brasil e o vocabulário brasileiro é farto e expressivo.

E o **manancial luso-guarani** inesgotável e belo, como nenhum outro. (D’EÇA, 1992, p.84). [destaques em negritos feitos por mim].

Entre aqueles burocratas que acompanham políticos, há alguns preocupados em fazer menções ressaltando a distinção dos nomes, seja na importância da pessoa em vida e com a morte passando a ser alguma toponímia, ou também se referindo à importância

da língua usada, sonoridade e o regular uso do que nomina. Algumas dessas narrativas evitam com que se caia no esquecimento, tentando sempre fazer lembrar da “importância” do nome ao qual foi atribuído a um dado lugar. Embora se falasse em toponímias favoráveis a pronuncia e ao entendimento pelos caboclos, simultaneamente buscava-se uma substituição desse grupo étnico por imigrantes brancos de origem européia. Eram ‘imigrantes’, a população preferencialmente aceita a colonizar o Oeste.

É possível observar alguns dos documentos formulados pela *Viagem*, como naquele Álbum Fotográfico criado pela própria expedição, nele também se nota no “mapa” (Imagem 2) antes aqui referido (COSTA, 1929) como no caso da localidade Dionísio Cerqueira¹¹ (atualmente município com o mesmo nome) é regularmente nomeada de Barracão. Os próprios narradores tem dificuldades de chamá-la de Dionísio Cerqueira devido às recorrências de referencia ao nome Barracão: “Meia-légua antes de Barracão – Dionísio Cerqueira é um nome oficial [...]” (D’EÇA, 1992, p.105). O silencio dos autores sobre quem a nomeou é questionador: fora o Estado do Paraná, considerando sua área de abrangência, quando em 1903 eleva a povoação à vila e nomeia de Dionísio Cerqueira, segundo informa a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (IBGE, 1959, p.93). Quando práticas – como a nomeação – realizadas por paranaenses, os autores catarinenses aqui tratados, não fizeram qualquer menção do crédito ou lembrança de quem assim havia nomeado de Dionísio Cerqueira.

Não apenas o nome, mas as diversas instituições formais ou informais dali refletem naquele momento, segundo a descrição dos “viajantes”, uma polarização seja da Argentina ou do Paraná e um profundo distanciamento das “coisas catarinense”. Um dos autores relata que do consumo de necessidades ali não produzidas, eram adquiridas, tais bens, procedentes de Buenos Aires e arredores da capital Argentina. É tratado como inspiração, a maneira da República argentina fazer gestão e administrar sua fronteira; com serviços do Estado muito mais presentes e constante em relação à fronteira brasileira, os autores relatam admirados tanto a presença de autoridades argentinas

¹¹ General Dionísio Cerqueira e Barão do Rio Branco envolveram-se em disputas tentando capitalizarem para si, a organização e solução do processo de arbitragem da fronteira com Argentina em 1895 que ocorreu nos EUA. As fricções das relações dos dois naquele caso poderia ser um interessante exemplo da discussão que Bourdieu (2003) faz a respeito de quem se apodera da *autoridade para instituir* a região (ou outros espaços, obviamente). Em Santa Catarina, Dionísio Cerqueira, município que faz divisa com o paranaense Barracão (na ‘tríplice’) fronteira com o município argentino de Bernardo de Irigoyen.

como uma maior influencia direta vinda diretamente da capital nacional. Mais do que apenas perceptível a presença do Estado argentino até suas fronteiras, descreveu-se como um exemplo de política pública a ser seguida pelo lado brasileiro, como escreveu Othon D’Eça, criticando o abandono visível e vivido pelos brasileiros que eram absorvidos pelo lado argentino. O contraste da situação fazia os brasileiros recorrerem regularmente ao lado do rio para acessar os serviços públicos no País vizinho: “Juiz de paz, *Jefe de lo Resguardo*, professores, comissários de polícia e até os severos policiais de grandes bigodes e espadagão à cinta, tudo isso vem de Buenos Aires ou das províncias a ‘*serviço de la frontera*’ e portanto, a serviço da Nação argentina.” (D’EÇA, 1992, p.107).

As pessoas buscavam abastecimento no mercado argentino e não eram descritas nem como argentinos, nem como catarinenses, estavam em uma situação de (como nomeia um dos autores: “paradoxo” da) fronteira. O território era brasileiro, mas a maior parte do abastecimento não: “Um kilo de café, vendido em latas com rótulos argentinos, moído em Buenos Aires, custa 10\$; [...] uma cerveja, sendo a única que ali se encontra da fabrica Qilmes, dos arredores de Buenos Aires, 4\$500; uma caixa de phosphoros, também argentinos, \$500 [...]” (COSTA, 1929, p.39).

Mas, a fronteira não era apenas com *Outro Estado-nação*, e sim também com um vizinho dentro do País. Por isso, o caso do telégrafo relatado no livro de Costa (1929) torna-se relevante para a análise aqui discutida, embora parecesse frustrante para as autoridades de Santa Catarina, a época participantes da expedição, porque o fato descrito em relação ao telegrafo repetiu-se com relação com outras instituições, seja ela as Escolas, os Cartórios e até mesmo o Exército. Assim constata Arthur Costa (1929, p.47) em uma interpretação que visava mudanças: “Há, entretanto, em relação às denominações dos povoados catarinense e paranaense, uma confusão que é preciso corrigir e aqui vai a denuncia para conhecimento de quem competir.” E o narrador, detalha a análise em uma área bastante confusa a *quem se pertence*, inclusive para as próprias pessoas de Dionísio Cerqueira:

Pois bem, **a estação telegráfica desse povoado**, [Dionísio Cerqueira], **situado em território do nosso Estado, tem a designação de Barracão. Isso levou-nos a reclamar do agente contra tal erro** e ele, justificando-se, mostrou-nos o material telegráfico recebido, inclusive carimbos, no qual estava o nome Barracão. Mostrou-nos um Ofício do

Telegrafo, dando àquela estação a designação Barracão. A estação catarinense deve ser denominada Dionísio Cerqueira. A paranaense, aonde existe um rádio, esta sim, seja Barracão. (COSTA, 1929, p.47-48). [destaque negrito feito por mim]

Já a respeito de Chapecó, esse mesmo autor vai sugerir nome para um município que passe a ser desmembrado desse, pois considera a área territorial total bastante elevada.¹² Fica claro o interesse de *fazê-lo 'território usado'*. Um tamanho muito grande do espaço a ser administrado era visto como risco de surgimento de pontos autônomos e independentes. Seria mera coincidência que Chapecó em 1943 seria desanexado de Santa Catarina para constituir o Território Federal do Iguaçu? Ainda em 1929, fazia-se a proposta de sub-divisões daquela imensa Chapecó que estimavam com área de quase 14.000 km² e um habitante por km². Sugeriu-se um nome ao novo município em homenagem a uma autoridade tão importante para a região, tal como fora Dionísio Cerqueira. Lembra que a homenagem àquele que fez o voto de arbitragem em favor do Brasil, na causa da disputa com a Argentina (na “Questão de Palmas”) o presidente estadunidense Gover Cleveland, era o que nomeava um município paranaense chamado, Clevelândia. Mas enfatizava a relevância, do considerado pela literatura especializada (SANTOS, 2012; HENRICH, 2010) um dos *founding fathers* da nação brasileira. Propunha homenagear Barão do Rio Branco, ao nomear alguma nova área a se desmembrar de Chapecó, como defendeu: “Deve caber aos catarinenses perpetuar o nome de Rio Branco em um dos melhores, mais prósperos e formosos rincões de Chapecó.” (COSTA, 1929, p.47). Nesse caso, a referência ao Barão como um dos homens mantenedores da integridade territorial do País é clara, no caso brasileiro, bem poderíamos nominar também aqueles considerados “heróis territoriais”. (MARTINELLO, 2016).

José Boiteux (1931, p.08) também vai fazer menção a nomes de políticos e daqueles que estamos considerando de: “heróis territoriais”, ou seja, figuras da cultura política do País que são representados em uma perspectiva positivista, como

¹² A comparação com a Rússia, chancela a tese de João M. Ehlert Maia (2008). Afinal, para Costa (1929, p.34) Chapecó “É a Rússia catharinense.” Dados colhidos pelos participantes da *Viagem* foram largamente repetidos, como fez Carlos Humberto Corrêa (1997, p.183) quando menciona a área do município de Chapecó na época da *Viagem* de 1929 como a metade do tamanho da Bélgica; tal comparação está presente em Arthur Costa (1929, p.32): “Para termos uma ideia comparativa do tamanho dessa área municipal, consideremos que a Bélgica tem apenas pouco mais de 33.000; a Suíça 41.000; a Dinamarca, 44.000 [quilômetros quadrados].”

responsáveis pela dimensão e união de todo espaço brasileiro, nomes consideravelmente bastantes utilizados para nomear municípios e toponímias, em geral.

Na passagem pelo Planalto Norte catarinense, Boiteux (1931) descreve a importância do Conselheiro Mafra¹³, que fez um longo laudo ou tratado jurídico para defender Santa Catarina como advogado, na disputa com Paraná no Supremo Tribunal Federal. Fora dado seu sobrenome – Mafra – a uma área (município) fronteira ao paranaense. Ainda, seguindo o relato desse trecho da *Viagem*, percebe-se a mobilização da identidade entre Paraná e Santa Catarina que estaria, naquela ocasião, na comemoração do centenário do início da imigração alemã para o Brasil, colonização acentuadamente marcante nas regiões fronteiriças aos municípios de Mafra e Rio Negro, esse último já em terras paranaenses, mas que a comitiva também resolvera passar, saudando a comemoração, e o autor, lembrando o histórico da personagem que nomeava aquela área catarinense, relatava:

A meia noite, encaminhamo-nos para a estação da Estrada de Ferro de S. Francisco do Sul a Porto União, afim de tomarmos o trem especial que, às 8 horas da manhã de 19, alcançava a sede do município de Mafra.

Nesta cidade, que se condecora com o inesquecível nome do eminente jurisconsulto e ilustre catarinense conselheiro Manoel da Silva Mafra, advogado que foi da terra natal na questão de limites com o Paraná, foram examinadas as obras de construção do edifício da Colectoria, agora já inaugurado e da grande ponte que liga aquela cidade é do Rio Negro. Visitamos a exposição comemorativa do 1º centenário da colonização naquele prospero município paranaense [...]. (BOITEUX, 1931, p.12-13).

As análises dos nomes já existentes, ou avaliação de remarcação das toponímias eram acompanhadas de classificações dos lugares, quase sempre reforçando um imaginário encantador e bucólico do Sertão ou, em oposição, traduzindo a ideia de um “nome natural” de áreas sem relações sociais civilizadas e sim baseadas na violência e disputas bárbaras. Na interpretação do autor de “O Oeste Catharinense: visões e sugestões de um excursionista”, os afastados rincões eram vítimas do banditismo e movimentos revolucionários. Repete-se na sua classificação, a imagem da solidão de

¹³ “Conselheiro Mafra” também nomeia uma das ruas mais movimentadas e conhecidas de Florianópolis (em que se localizam, por exemplo, o Mercado Público Municipal, a Praça da Alfândega). Corta boa parte do centro da capital e está localizada paralela a Rua Felipe Schmidt. Destaque para a obra Manoel da Silva Mafra (2002) “Exposição histórico-jurídica: por que do Estado de Santa Catharina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná, submetida, por accordo de ambos os Estados, à decisão arbitral pelo advogado Conselheiro Manoel da Silva Mafra.” Ed. fac-similar. Florianópolis: IOESC, 2002.

um vasto deserto, mas acredita ser possível desenvolver potencialidades de atratividade de bens modernos. Dos trechos de avaliações de áreas presentes no texto, torna-se possível identificar alguns dos imaginários do Sertão no Brasil, entre eles o diagnóstico de potencialidades e serem desenvolvidas.

A forma como descreve uma localidade, de Irahy, por exemplo, chama atenção ao positivar a importância da ida para morar no local, de um ex-participante nas lutas da Guerra do Contestado (1912-1916). Irahy faz parte do veio de uma área de águas termais subterrâneas e o relato de Costa (1929) enfatiza os potenciais ali existentes para futuramente serem explorados, com sentido de valor contido (valor *do* espaço) (MORAES; WANDERLEY, 1988, p55), mas que precisaria ser qualificado em infraestrutura, “salvando” da condição de isolamento e integrando-se a outras regiões. Trata-se de análise que visa projetos de valorização criada (valor *no* espaço),¹⁴ quase sempre pensados de fora e preparando o mesmo não para os moradores, mas para aqueles a poderem se beneficiar dos serviços ou migrarem, atraídos, por exemplo, pela águas termais. O autor mencionou o que nominou como um *Cavalheiro* de algum episódio (ao qual não menciona de qual se trata) da época da Guerra no Contestado, que interessado pelas qualidades bem-fazeijas e saudáveis das termas resolveu viver por onde justamente os governadores dos Estados vizinhos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) estavam assinando um convênio de cooperação entre as respectivas polícias.

A nomeação da localidade de Irahy, escreveu Arthur da Costa (1929), foi dada pelos indígenas devido a estância de águas especiais, significando na língua deles *água de mel* e nessa estação balneária, impressiona-se o narrador, já havia um hotel em funcionamento. O membro da comitiva relata seu conforto, dizendo se deliciando¹⁵ nas

¹⁴ A interpretação de valor *no* espaço refere-se ao trabalho realizado e depositado no mesmo, “espaço receptáculo da produção material”: ou valores criados. As formas preexistentes, a “natureza”, por exemplo, ou realidades físicas de suas características, são os valores *do* próprio espaço. A discussão está em Moraes e Costa (1988; 1984).

¹⁵ Marcelo Lopes de Souza (2009, p.62) bem lembra como não são nada desinteressados e imparciais os relatos de ufanismo da natureza e de idealização de bens que costumam a ser levantados pensando em transformá-los em recursos: “Exaltar esses recursos e essas riquezas, das jazidas de minérios às belezas naturais, sempre fez parte do discurso legitimatório da qualquer Estado-nação, ao lado da insistência naturalizante sobre a ‘*personalidade própria e indivisível*’ daquele espaço (discurso-argumento contra a cobiça externa e discurso-vacina contra projetos separatistas internos).” Como também assinala Antonio Carlos Robert Moraes (2006, p.50): “Os próprios meios naturais se qualificam conforme os interesses mobilizados em sua ocupação, como mostra exemplarmente a colonização em áreas dotadas de recursos minerais valiosos.” Para acompanhar uma discussão sobre o tema, conferir a tese de livre-docência na Geografia Humana da USP: “Geografia, Capitalismo e Meio Ambiente” (MORAES, 2000).

águas do local, principalmente pelas condições da abstenção de banho, *já que se encontravam no Sertão* passando por situações de privação de conforto e oferecimento de serviços. Vale aqui registrar como “Antes de ser paisagem para ser contemplada, o território é um sistema material para usar porque foi construído com valor de uso.” (RAFFESTIN, 2009, p.33). Assim, descreveu-se como a amenidade atraía pessoas a viverem por onde passava a comitiva:

Em Irahý, por exemplo, cujas águas são do mesmo lençol [das águas termas de Chapecó e do Rio Grande do Sul], reside José Vaccariano, nome ligado a certo episódio do ex-Contestado à construção da *picada* Mondahy-Barracão.

Contou-nos este cavalheiro que, estando gravemente doente, aconselhem-lhe as *Águas de Mel*.

Deu-se tão bem com ela que para ali mudou a sua residência e hoje se sente completamente curado. (COSTA, 1929, p.22).

Se o trecho acima, quando menciona o participe das batalhas no Contestado é positivado (provavelmente por ele ter sido um dos membros civis que atuaram no lado das tropas oficiais das armas do Estado), no mesmo texto o autor anuncia regularmente ter passado por região levas de desordeiros, como os roubadores de gado e participantes de movimentos revolucionários. Na “Picada de Mondahy ao Pepery” o autor lamenta o trajeto pela mata fechada que faz a ligação, desde a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul até a Santa Catarina com o Paraná. A constante repetição da paisagem marcadas por cruces fincadas no chão, sendo, como diz, verdadeiros cemitérios. Resquícios de disputas ocorridas nas proximidades dessa picada, fez menção da falta de comunicação entre as forças “legais” de defesa dos Estados (unidades federativas) com a força (do Exército) nacional.

Arthur da Costa (1929) narra com desapontamento o trajeto da *Viagem* que estão fazendo, por ter sido também grande parte o mesmo caminho feito quatro anos antes pela Coluna Prestes.¹⁶ Faz depreciação dos participantes liderados por Prestes. Comenta a confusão entre a *Brigada Militar sulriograndense* comandada por um tal coronel Claudino, que durante nove horas manteve conflito aberto com as – por Arthur Costa

¹⁶ Simbologias da nacionalidade são ali descritas pela história do País, como, por exemplo, a passagem do inspetor de fronteiras, General Rondon e a Coluna Prestes, como a própria publicação do IBGE (1959, p.94), por exemplo, faz: “Em 1925, no mês de março, a famosa coluna revoltosa Prestes chegava a Dionísio Cerqueira, onde se deu o encontro com as forças comandadas pelo Gal. Paim e Cel Fulgêncio Mello, tendo Prestes conseguido evadir para o Paraguai.” A passagem da Coluna Prestes também deixa toponímias, como localidade de *Separação*, quando dividiram as tropas de Prestes e Juarez Távora.

(1929) denominada – *Forças legais do corpo de provisório e patriotas*, comandadas pelo General Paim: atacam-se mutuamente, achando estarem em combate ao inimigo de ambos. Engano que as matas fechadas do Sertão causam. Para Othon D’Eça (1992, p.104), não houve nenhuma estratégia por parte da marcha da coluna, pois “Carlos Prestes nem sabia da marcha de Paim Filho.”

Athur Costa (1929) menciona que na comitiva do governador, entre as pessoas que os acompanhavam no trecho Monday - Dionysio Cerqueira havia soldados e oficiais participes de encontros sangrentos que o autor passa a narrar. Possivelmente eram esses os seus informantes do histórico de confrontos pela região [?], que mencionaram a perseguição a Luis Carlos Prestes quando morreram trinta soldados da polícia do Rio Grande do Sul e das “*forças legais*” das armas nacionais. “Enquanto as forças de Claudino e Paim se chocavam, estava Prestes em Dionysio Cerqueira, a cerca de seis quilômetros de distância.” (COSTA, 1929, p.28). Em uma estrutura textual reforçando uma das instituições mais reconhecidas como portadoras da nacionalidade: as forças armadas do país, o autor lamenta o que descreve como confusão entre fogo amigo, caracterizando os homens armados ligados a Prestes como desertores inimigos da população local e por onde faziam suas incursões. Nas palavras do autor, o perigo de tais violências constantes, relatadas quando da passagem pela região que a torna comparável e semelhante ao Nordeste do país: “Um dos grandes **flagelos do Oeste catarinense**, como do Nordeste brasileiro, **é o banditismo.**” (COSTA, 1929, p.53). [destaques negritos feitos por mim].

A pesquisadora de referência do Oeste catarinense na contemporaneidade Arlene Renk (2006), analisou como houve a necessidade de implementação de políticas públicas e mesmo de orquestração de um imaginário demovendo a representação dessa região catarinense como um verdadeiro *faroeste*. A própria *Viagem de 1929* parece ter realizado promoção de acordos que desembocassem em menores criminalidades, como um autor – Arthur Costa (1929) – que veio sendo até agora analisando, estava exercendo o cargo correspondente ao de secretaria da segurança pública do governo estadual catarinense, na ocasião da expedição. E os respectivos governadores dos dois mais meridionais Estados do país, Getúlio Vargas e Adolpho Konder, assinaram um acordo de combate ao banditismo na área de fronteira entre Rio Grande do Sul e Santa

Catarina. Para que realizasse uma efetiva atração de fluxos migratórios e venda de terras a fim da colonização, alguns obstáculos eram necessários serem retirados, “O primeiro destes esteve na associação da área à imagem de caos.” (RENK, 2006, p.55).

Certamente, pode-se notar, observando os relatórios e fala do governador, assim como desses membros da comitiva aqui analisados, como se passou a ter uma expectativa de desenvolvimento da região a partir da implementação de projetos de colonização de perfil *campesinato eurodescendente*. Os argumentos defendendo tanto a vinda de pessoas para o estabelecimento de fazendas de criação, como da atratividade de imigrantes, para ao constituírem núcleos coloniais repercutir também no Oeste o que havia marcado a formação social das outras regiões catarinenses: a colonização em pequenas propriedades (tais como as dos Vales litorâneos) ou a criação extensiva de gado (tais como os dos Campos de Lages). Aquelas expectativas podem já, expressar um certo regionalismo catarinense – no olhar como referência o planalto e o litoral, avaliava-se o Sertão – da *Viagem* de então, poderiam fazer-se projeto colocados em práticas de suas realidades para esse “Oeste em descoberta”.

Basta observar, a interpretação de um cronista atual, para perceber uma ligação ou representação semelhante da dispersão de um mesmo regionalismo em Santa Catarina quando afirmou recentemente: “O modelo colonizador baseado no minifúndio, semelhante ao do leste catarinense, ensaiava algum sucesso, de forma independente [nas margens do rio Uruguai].” (MOSIMANN, 2010, p.436) No dizer da época, clama Arthur Costa (1929, p.71): “Essas ótimas terras precisam ser povoadas de colonos e de gado. Que riqueza imensa está sendo ali inaproveitada.” Identificava-se fundos territoriais a fazerem então, parte do território usado por Santa Catarina, talvez não seja mera coincidência o fato de durante a gestão de Adolpho Konder a erva-mate tomar “impulso como importante produto do comercio catarinense.” (VIEIRA FILHO, 2001, p.22).

A ideia de implementação de uma paisagem européia começa a ser idealizada para o Oeste, quando se enfatiza a instalação de companhias de colonização de terras, como afirmou Othon D’Eça (1992) a respeito da instalação da sede do escritório, de uma dessas empresas de venda de lotes e propriedades. “Só agora vim a saber a espécie de construção que se vai erguendo no alto de um morro, em [localidade de] Passarinho.

É a futura casa para a direção da colônia. Acastelada, com ameias e *blockhaus*, dominará uma vasta extensão do [rio] Uruguai e emprestará àquela paisagem um ar medieval.” (D’EÇA, 1992, p.48).

No relatório anual do governador, do ano de 1928, Adolpho Konder dava a entender que as terras do Oeste já se encontravam em propriedade de muitas companhias colonizadoras e que o incentivo estadual para fixação de imigrantes já não era tão necessário. Realizavam-se colonizações por si mesmo, sem mais necessário apoio direto do Estado. Vai defender, nessa fala um ano antes da *Viagem*, como o principal problema de Santa Catarina não era mais de atração de colonização, mas de meios de escoamento da produtividade e acesso aos mercados: “Assim, o antigo problema do povoamento do nosso solo acha-se, nos dias atuais, substituído pelo problema do transporte, da viação econômica, problema esse que há merecido a minha melhor atenção.” (KONDER, 1928, p.77).

É claro ao analisar esses relatos de época, como também já se percebe estarem sendo definitivamente colonizadas algumas das áreas do Oeste percorridas pelo grupo do governador. Um autor compara como nas duas margens do Rio Uruguai, há diferenças de colonização em relação ao Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, pois “[...] enquanto que o governo riograndense conserva as suas [terras] completamente devolutas” (COSTA, 1929, p.18), retardando, portanto, o uso desse estoque territorial,

Na margem catarinense, a contar de alguns anos, vêm-se formando núcleos coloniais muito apreciáveis, como Palmitos, São Carlos, Cascaes, Mondahy, antes Porto Feliz, Itapiranga, inteligentemente explorados pelas empresas Sul do Brasil e Chapecó-Pepery Limitada. (COSTA, 1929, p.17-18).

Ademais, de uma forma ou de outra, essa primeira e inicial colonização eurodescendente também ajuda na categorização do Oeste como Sertão inculto, pois quando logo aparecem os iniciais clarões na mata e a fixação da territorialidade de núcleos coloniais, faz-se avaliação do entorno maior e se percebe a presença de cobertura vegetal, manutenção de florestas, portanto, “de Sertão” ainda predominante no conjunto maior da região. A respeito de Monday, por exemplo, vai mencionar como em oposição ao Sertão a “Colônia fundada em mata aberta há sete anos, encontramos ali traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, sistematização das energias, ordem admirável.” (COSTA, 1929, p.18).

A perspectiva de futuro para o Oeste – que os participantes que escreveram da *Viagem* – atribuíram à região estava fortemente embasada na possibilidade de reproduzir as formas de desenvolvimento territorial das demais regiões catarinenses. De formações sociais fortemente marcadas pela colonização (imigração em pequenas propriedades de terra) européia e pelas estâncias e fazendas de criação de gado; a expectativa era que nesse Oeste as duas formações sociais se repercutissem, em nome da superação do Sertão, para tanto, como bem lembra Arlene Renk (2006, p.55) “Vencer o caos e impor a ordem para chegar ao progresso era o imperativo.”

Fontes:

BOITEUX, José Arthur. *OESTE CATHARINENSE (De Florianópolis a Dionísio Cerqueira)*. Conferência realizada no Centro Catharinense, na Sociedade Geográfica (Rio de Janeiro) e no Club XII de Agosto (Florianópolis) em 1929. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entre e Irmãos, 1931.

COSTA, Arthur Ferreira da. *O OESTE CATHARINENSE. Visões e sugestões de um excursionista*. Rio de Janeiro: Villas Boas Cia., 1929.

D’EÇA, Othon. *AOS ESPANHÓIS CONFINANTES*. 2ª Ed. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC; Ed. UFSC/; Fundação Banco do Brasil/FBB, 1992. [1ª edição ano de: 1929]

PEDERNEIRAS, Haroldo Paranhos. **Plano Rodoviário Catarinense. Trabalho apresentado ao 6 Congresso Nacional de Estradas de Rodagem**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1936. (republicado em 1939, com mapas)

KONDER, Adolpho. **Relatório apresentado ao Hercílio Pedro da Luz** por Adolpho Konder. Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, em 1 de maio de 1919. Florianópolis.

_____. **Programa de governo. Lido no banquete de 18 de setembro de 1926**, em Florianópolis. Imprensa Oficial,

_____. Estado de Santa Catarina, **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, 29 de julho de 1927**. Florianópolis.

_____. Estado de Santa Catarina, **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa 29 julho de 1928**. Florianópolis.

RAMOS, Vidal J. de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 24 de julho de 1904**, pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Estado de Santa Catarina.

RIO BRANCO, Barão. **Obras do Barão do Rio Branco I: Questão de Limites**, República Argentina. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

SCHMIDT, Felipe. **Mensagem do Governo de Santa Catarina**, governador Felipe Schmidt. 14 de agosto de 1916. Estado de Santa Catarina.

Referências:

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**. Entre história e memória. Bauru (SP) : Edusc, 2000.

ATHANÁZIO, Enéas. “O Estado do Iguaçu e a mudança da capital.” Revista **Blumenau em Cadernos**, Tomo XXXIII. Nov/Dez de 1992 pp. 423-424, nº11-12. Blumenau.

BARRETO, Cristiane M. “Entre Laços e Nós. Formação e atuação das elites no Vale do Itajaí (1889-1930).” **Dissertação Mestrado História UFRGS**, Porto Alegre, 1997.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a identidade da região.” In: __. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp.107-132.

CEOM/Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.) **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina**, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas repúblicas**. A revolução de trinta e a política em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembléia Legislativa de Santa Catarina/ALESC, 1984.

__. “1929, Adolpho Konder e a Descoberta do Oeste Catarinense.” In: __. **História da Cultura catarinense**. O Estado e as idéias, volume 1. Florianópolis: Editora da UFSC; Diário Catarinense, 1997. pp.179-194.

FLORES, Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina.” In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina**, documentos e leituras. Chapecó: Argos, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM, 2005. pp. 129-153.

FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade.” In: __. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp.277-293.

HARVEY, David. **Para entender O CAPITAL, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Q. C. Zimbres. São Paulo Ed. UNESP, 2001.

LITTLE, Paul E. “Território sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.” **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004. pp. 251-290.

MAIA, João M. Ehlert. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

MARTINELLO, André Souza. Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina. FFLCH-USP. Tese (Doutorado) em Geografia Humana, São Paulo, 2016.

MEIRINHO, Jali. “A Designação Barriga-Verde”. **Revista da Academia catarinense de letras**, nº21. pp.45-54.

____. **A república e oligarquias**. Subsídios para a história catarinense (1889-1930). Florianópolis: ed. Insular, 1997.

MOSIMANN, João C. **Catarinenses**, gênese e história. Florianópolis: Ed. do autor, 2010.

____. **Porto dos Patos**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Foucault e a Geografia.” In: TRONCA, Ítalo A. (org). **Foucault Vivo**. Campinas (SP): Pontes, 1987. pp.127-136.

____. “Foucault e a Geografia.” In: AGB/Associação dos Geógrafos Brasileiros São Paulo. Nº66. 1º Semestre de 1988. pp.129-135.

____. **Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial no ‘longo do século XVI’. São Paulo: Hucitec, 2000a.

____. Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente. **Tese de Livre Docência em Geografia USP**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/FFLCH, Geografia Humana. São Paulo, 2000b.

____. “El Sérton como el ‘Otro’ Geográfico.” In: BERTONCELLO, Rodolfo; CAROS, Ana Fani A. (organizadores). **Processos Territoriales en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Instituto de Geografia, Facultad de Filosofia y Letras, Universidade de Buenos Aires: 2003b. pp.45-58.

____. **Território e História no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005a.

____. **Ideologias geográficas**.5ªed. São Paulo: Annablume, 2005b.

____. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

____. “Geografia, interdisciplinaridade e metodologia.” **GeoUsp – Espaço e Tempo (On Line)**, São Paulo, v.18, n.1, p.09-39. 2014a.

____. **Território em Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2014b.

____. ; COSTA, Wanderley M. da. **Geografia Crítica, a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

NOVAIS, Fernando. “Entrevista com Fernando Novais.” In: PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. Entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. pp.401-418.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.

_____. “Gilberto Freyre e a questão regional”. In: AXT, Günter; SCHÜLER, Fernando (Org). **Intérpretes do Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. pp.192-201.

OLIVEIRA, Licério de. “‘Estado do Iguaçu’: o regionalismo em questão”. **Dissertação de Mestrado (Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas IFCH/UNICAMP, 1999.**

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos**: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo de. “Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção de um Brasil profundo.”. **Revista brasileira de História, São Paulo, v.22, nº44**, pp.511-537, 2002.

PIAZZA, Walter Fernando. “Elementos básicos da história catarinense.” In: CORREA, Carlos Humberto (Org). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: editora Laudes, 1970. pp. 21-48.

_____. “A frente pioneira do século XX”. **Revista Blumenau em Cadernos tomo XIV setembro de 1978, nº 9**. Blumenau/SC. pp.169-174

_____. (organizador). **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1994.

_____. “A ocupação do território catarinense.” In: IHGSC/Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: IHGSC, 2000. pp.25-39.

QUAINI, Massimo. “As Cidades *Invisíveis* de Ítalo Calvino: uma lição de Geografia.” In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu A. (organizadores). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009, pp.121-141.

RAFFESTIN, Claude. “A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação.” In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu A. (organizadores). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular; UNESP/Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009, pp.17-35.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó (SC): Argos, 2004.

_____. “O conhecimento do território: a Bandeira de Konder.” In: CEOM/Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (Org.) **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005. pp. 109-127.

_____. “A ocupação do Oeste catarinense.” In: _____. **A luta da erva**. Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2ª ed. Chapecó: Ed. Argos, 2006. pp.31-61 (capp.01).

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. “‘Território’ da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.” In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S.

(Orgs). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular; Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009. pp.57-72. (cap.03).

VALVERDE, Orlando. **Planalto Meridional do Brasil.** Guia da excursão nº9, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Santa Catarina 500 anos:** terra do Brasil. Florianópolis: *A Notícia*, 2001.

VIEIRA, Paulo F.; BERKES, SEIXAS. (Orgs). **Gestão de recursos naturais comuns.** Florianópolis: Aped, 2005

Resumo:

Se corriqueira - talvez como 'herança' d'Os Sertões de Euclides da Cunha - a imagem do Sertão como nacionalidade (espaço guardião das 'culturas autênticas'), no Sul do Brasil parte do que foi no começo do século XX Sertão, fazia fronteira com *Outro* Estado nação. A divisa com Argentina fazia questionar como 'aqueles brasileiros' mais próximos da fronteira eram capturados e aderentes ao País vizinho. O Sertão não sinônimo de 'Brasil mais autêntico' foi considerado necessário ser nacionalizado, mesmo que para tanto se utilizassem, preferencialmente, colonização de origem estrangeira - migração de eurodescendentes. A presença de um governante em 1929 no Oeste catarinense, na época descrito como Sertão, é representando (e se utilizada de expressões tal como) bandeirante. Esse é um dos temas do presente trabalho, discutir o processo de 'incorporação' do Sertão de SC ao território formal do Estado catarinense. Contudo, poderia parecer irônico, mas é um governante germânico-descendente, Adolpho Konder quem realiza a auto-denominada 'Bandeira Konder', chamada também "Viagem de 1929" quando se considera a 1º e oficial viagem de chefe de executivo estadual pelo território catarinense. Cronistas que acompanham o governador publicam textos dessa Viagem (aqui tais textos são fontes principais para entender representação do Sertão no final da década de 1920). O processo de nomenclatura dos espaços percorridos pela 'Bandeira Konder', sua circunscrição cartográfica e estabelecimentos de autoridade do Estado sobre determinado espaço, reforçam tanto aspecto do desapossamento como, e ao mesmo tempo, de apropriação de áreas. Momento chave no processo de construção territorial de Santa Catarina, a conquista do Oeste via mobilização da ideia de bandeirantismo diz muito de um processo contínuo e constante do Brasil (via '*heróis territoriais*'), como elemento fundamentalmente da característica de País constituído como resultado de expansão colonial: a ideia de domínio, controle e governança sobre espaços. O caso tratado aqui pode apontar para a ideia de 'Sertão' quando em fronteiras com Estados-nacionais – talvez mais como 'Sertão fronteira' do que – como 'Sertão nação'.